



## **ECONOMIA INDÍGENA, GOVERNANÇA ECONÔMICA TERRITORIAL E CADEIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE**

*Marcio Halla*

### **As duas esferas da Economia Indígena**

Há duas esferas da economia indígena: a economia de reciprocidade e a economia de mercado. A economia da reciprocidade está relacionada às práticas tradicionais, às dinâmicas de trocas, a produção de forma coletiva, independentemente de relações monetárias ou financeiras. Alguns atritos e tensões se estabelecem quando essa economia da reciprocidade se relaciona com a economia de mercado.

A Iniciativa Comunidades e Governança Territorial (ICGT) da Forest Trends vem desenvolvendo processos com o propósito de gerar reflexões sobre como fortalecer a economia dos povos e territórios indígenas e assegurar que sua articulação com o mercado seja a mais benéfica e equitativa possível, considerando-se o respeito à etnicidade de cada povo e as experiências acumuladas pelas comunidades e organizações. Para aprofundar as análises sobre as esferas econômicas da reciprocidade e do mercado e as articulações existentes entre seus elementos, as reflexões geradas fundamentaram a elaboração de 4 cartilhas ilustradas e um vídeo 1.

### **A Governança Econômica Territorial, os Planos de Vida e os Bens Comuns**

A Governança Econômica Territorial, como concebida pela ICGT da Forest Trends, depende de como as organizações comunitárias e territoriais tomam as decisões sobre um território, ou seja, de um conjunto de condições, processos, sistemas e protocolos para que sejam discutidos, analisados e decididos os rumos da economia dos povos indígenas dentro de seus territórios. Cada povo indígena vê o mundo de maneira diferente. Os povos da floresta tem uma visão de mundo própria. O entendimento da economia deve fazer parte dos planos de vida de quem vive no território, baseado em uma visão de mundo maior, para garantir que a economia própria, da subsistência, da segurança alimentar, permaneça diante das relações com o mercado. A economia do bem viver e da reciprocidade depende de uma profunda reflexão sobre os bens comuns, que parte de uma visão contrária à ideia de que os recursos são escassos e que deve

---

<sup>1</sup> 1 - [http://forest-trends.org/publication\\_details.php?publicationID=5479](http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5479);

2 - [http://forest-trends.org/publication\\_details.php?publicationID=5547](http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5547);

3 - [http://forest-trends.org/publication\\_details.php?publicationID=5549](http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5549);

4 - [http://forest-trends.org/publication\\_details.php?publicationID=5552](http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5552);

Vídeo: [https://youtu.be/bnNQhFjh\\_AU](https://youtu.be/bnNQhFjh_AU)



haver uma competição pela apropriação destes bens, o que sempre resulta em desigualdade. A noção de bem comum passa pela lógica de que os recursos são abundantes e que é possível o benefício coletivo. O conhecimento tradicional e os saberes ancestrais devem ser a base de uma visão de longo prazo para o bem coletivo, para que todos pensem e trabalhem juntos para proteger, restaurar e usar os recursos.

### **O Bem Viver Kichwa**

“A nossa vida é a nossa causa de viver. O bem viver é uma definição literal, uma filosofia de vida, um conceito universal. Mas não é uma fórmula aplicável para todos. Se há muitos povos diversos, então cada povo tem sua visão de vida. São quatro princípios da vida Kichwa: o conhecimento ancestral, a terra em abundância de todas as vidas, as formas de aproveitar os recursos da mata e a vida em comunidade. Porque todos aqueles que passam em torno da terra, da floresta, e de acordo com a forma de organização de uma comunidade, são geradas mudanças no habitat, na mata e nas águas, o que gera mudanças na economia. Nosso planos de vida, portanto, se baseiam nos quatro elementos: comunidade, território, economia e conhecimento ancestral.” - Alfredo Vitery, Povo Kichwa de Pastaza (Amazônia equatoriana)

Desafios da governança econômica territorial:

- Enfrentamento das ameaças externas de ocupação econômica (exploração madeireira, garimpos e mineração, agronegócio, grilagem de terras, grande projetos de infraestrutura, etc.);
- Garantia da segurança alimentar e da economia própria diante da intensificação das relações com o mercado;
- Estabelecimento de regras para o uso de recursos coletivos por algumas famílias;
- Inclusão dos temas econômicos nos planos de vida, de gestão e de manejo;
- Valorização da cultura, da visão de mundo e dos modos de vida tradicionais nos projetos, iniciativas e relações com o mercado.

### **Governança Econômica Territorial da Terra Indígena Sete de Setembro do Povo Paiteer Suruí**

O Povo Paiteer Suruí vive na Terra Indígena Sete de Setembro há tempos imemoriais. Após o contato com a sociedade não indígena, em 1969, as dinâmicas sociais vem sendo transformadas e hoje a população de aproximadamente 1400 pessoas vive distribuída em 27 aldeias, organizados social e economicamente em diversas associações e cooperativas.

A Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends vem apoiando o povo Paiteer Suruí há mais de dez anos, em seus esforços de fortalecimento da Governança Territorial Indígena. Inicialmente foram construídos espaços e instrumentos de governança territorial conjunta, como o Plano de 50 anos, e nos últimos 5 anos vem sendo apoiados projetos e iniciativas que estruturam as dimensões cultural, econômica e política dos grupos, famílias,



aldeias e organizações indígenas. São buscadas complementariedades, com a integração e o fortalecimento mútuo entre as iniciativas econômicas como o artesanato Arte Paiter, as iniciativas de manejo e comercialização de Castanha do Brasil, os projetos de apoio à segurança alimentar com Sistemas Agroflorestais e apicultura.

A dimensão cultural da governança territorial é fundamental, por isso a FT apoia um Centro Cultural, um Centro de Plantas Medicinais e um Museu Paiter Suruí, que promovem reflexões iniciais sobre o turismo étnico e comunitário. No campo da educação indígena é realizada a formação de professores como mediadores culturais, complementada com a formação política promovida por meio do PFGETI – Programa de Formação em Governança Econômica Territorial Indígena, realizado em parceria com a Universidade Federal de Rondônia.

### **Cadeias da Sociobiodiversidade do Mosaico Tupi de Rondônia e Mato Grosso, na Amazônia Brasileira**

A Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends apoia 14 povos indígenas que atuam como guardiões de 1,5 milhões de hectares na Amazônia Brasileira, fortalecendo iniciativas econômicas e a governança econômica territorial de 8 Terras Indígenas. Apoiamos prioritariamente a estruturação das cadeias do artesanato e da Castanha do Brasil, entre outras com grande potencial de mercado, e também os sistemas produtivos que garantem a segurança alimentar. Além de estruturar as cadeias a partir dos territórios, desenvolvemos ações de formação para a governança econômica territorial e de construção de instrumentos de gestão e governança econômica territorial, para que sejam criadas condições favoráveis de acesso ao mercado com base em parcerias comerciais sólidas e duradouras.

### **A Governança Econômica Territorial para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas**

O papel dos povos indígenas como guardiões de seus territórios, fundamental para a manutenção da floresta em pé, necessita ser reconhecido. Os territórios indígenas são estratégicos para a mitigação das mudanças climáticas, considerando que os povos que neles habitam fazem a gestão e mantêm 25% dos estoques globais de carbono. Estima-se que a região do Mosaico Tupi de Rondônia e Mato Grosso, na Amazônia Brasileira, armazena 750 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

Os esforços globais e a canalização de recursos pelos fundos climáticos devem considerar em suas estratégias de investimento as prioridades estabelecidas pelos povos indígenas. A eficiência na administração destes recursos e os impactos positivos na conservação das florestas depende, em grande parte, das condições, sistemas e processos de tomada de decisão sobre a governança dos territórios.



O fortalecimento da Governança Econômica dos territórios indígenas da Amazônia, com investimentos estratégicos em iniciativas próprias das cadeias da sociobiodiversidade baseadas em produtos florestais não madeireiros, agroflorestais e artesanais, promove imensuráveis benefícios ambientais, sociais e culturais não apenas para os povos indígenas que vivem no território, mas para toda a sociedade que se beneficia da conservação da floresta. A escala dos benefícios promovidos deve ser medida, portanto, com base na importância da Amazônia para a regulação climática e o equilíbrio ambiental planetário.